

## GENERIFICAÇÃO DOS CORPOS: PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL

João Rodrigo Vedovato Martins  
jrvmpunk@hotmail.com  
Financiamento: PIBIC/CNPq

**Resumo:** A presente pesquisa tem por objetivo analisar os processos de *generificação* dos corpos das crianças na educação infantil. A perspectiva teórica adota a crítica às categorias binárias de gênero *masculino-feminino* e de sexo *macho-fêmea* fundamentadas no estabelecimento e na reprodução da matriz heterossexual no modelo de educação vigente.

**Palavras-chave:** Gênero; performatividade; educação infantil.

### Introdução

A presente pesquisa tem por objetivo desenvolver análises sobre a *generificação* dos corpos das crianças na educação infantil de acordo com as categorias binárias de gênero *masculino-feminino* e de sexo *macho-fêmea*. Tais categorias acabam por fundamentar e estabelecer a reprodução da matriz heterossexual no modelo de educação vigente.

Para compreender tais questões o aporte teórico utilizado advém dos/as autores/as pós-estruturalistas, principalmente Michel Foucault e Judith Butler, e de outros/as que trabalham com conceitos transversais. Trata-se, portanto, de usar pontualmente os escritos de Foucault sobre *biopoder* na intersecção com as problematizações sobre gênero, sexo e sexualidade de Butler. Essa perspectiva teórica intenta ajudar na compreensão das relações estabelecidas entre educadores/as e crianças no âmbito da educação pública infantil, evidenciando os dispositivos e estruturas que regulam, normatizam, constituem e constroem a *identidade* de gênero e sexuais. Assim, destaca-se a indagação de Berenice Bento ao estudar individualidades que *perfomam* gênero de forma não hegemônica, fugindo das normas de gênero - “*Como as instituições operam para serem eficazes no seu intento de naturalizar os gêneros?*” (2011:551).

Desenvolve-se inicialmente uma apresentação dos debates acerca do conceito de socialização infantil, seus usos, limites e potencialidades, e sua intersecção com questões de sexo, gênero, sexualidade e desejo. Em seguida, anuncia-se a orientação teórico-

epistemológica da pesquisa – a Teoria Queer – em particular as contribuições de Judith Butler com o conceito de *performatividade* e de Michel Foucault de *biopoder*, acarretando a reconfiguração uma série de práticas políticas e produções acadêmicas sobre gênero sob um viés pós-estruturalista. Por fim, elucida-se as problemáticas da educação infantil a luz dessa perspectiva, problematizando as relações entre crianças e professoras/es, as quais estão pautadas num modelo de sexualidade hegemônica, naturalizada e pressuposta como universal – a heterossexualidade.

### **Gênero e Socialização Infantil**

A escolha pela escola de educação infantil se deu pelo fato de esta instituição se constituir como um importante espaço de *socialização* e interação entre as crianças e o mundo em seu entorno, portanto a escola se apresenta

Como o segundo agente de socialização mais importante a seguir à família, podem observar-se à luz do contexto actual das vidas quotidianas de crianças e adultos, para verificar o grau de importância crescente que a instituição escola tem vindo a representar para a infância (Saramago,2011:10).

Ademais, há de se considerar o aspecto central de que a escola está permeada por representações de gênero e se tornou, com suas particularidades históricas, um espaço fundamental na formação das crianças no mundo ocidental.

Há um debate amplo sobre os usos do conceito de socialização, suas abrangências e limitações<sup>73</sup>, para inteligibilidade do uso do conceito a pesquisa foi pautada na definição de que

(...) a socialização infantil como uma série incontável de processos, por meio do qual as crianças aprendem, compartilham, criam e reproduzem ação, pensamento e comunicação, que possibilitam não apenas sua introdução passiva no mundo, mas também a constituição de um mundo no qual passa a habitar e simultaneamente desenvolvem o seu self individual. Ao mesmo tempo em que as crianças se apropriam subjetivamente do mundo social, apropriam-se subjetivamente de sua própria identidade, que se constrói em relação a esse mundo (...) (Berger&Luckmann *apud* Grigorowitschs, 2008:42).

O conceito de infância e criança desta pesquisa se opõe ao princípio da

---

<sup>73</sup> Mais informações em discussões sobre sociologia da infância.

passividade, ou seja, da criança como sujeito passivo da socialização, instaurando-se uma relação unilateral. Compreende-se a multiplicidade de incidências e relações entre criança – socialização, caso contrário, acabaríamos num roteiro descritivo no qual as crianças não possuem possibilidade para constituição de sua subjetividade em oposição as normais sociais de gênero, sexo, sexualidades vigentes. Foucault sustenta que onde há poder há resistência e Daniela Finco (2004) verifica que há meninas e meninos que transgridem as fronteiras rígidas e delimitadas de gênero por meio de brincadeiras.

Há pesquisas sobre educação que foram e são realizadas com a compreensão de que gênero é reflexo ou interpretação cultural do sexo, haveria, portanto o pressuposto de que o sexo estaria assentado num plano biológico, pré-discursivo<sup>74</sup>. Tais estudos ratificam que meninos e meninas têm comportamentos, atributos, preferências distintas e alinhadas com seu sexo. Nesta concepção, o sexo é entendido como um atributo natural, biologicamente constituído, enquanto o gênero é uma construção sociocultural. Esta perspectiva, conhecida por *metafísica da essência*, está imbuída da hipótese de “ser” um gênero, ou seja, se “é” homem ou mulher em função do sexo biológico, ocasionando o confinamento do sexo em relação ao gênero na lógica contínua e imutável: vagina – mulher – feminino; pênis – homem – masculino.

A produção do feminismo clássico se orientou dentro desta perspectiva, embora tenha apresentado rupturas. Segundo Richard Miskolci em palestra, o feminismo do século XVIII se consolidou com um saber rebelde contestando a ciência cartesiana e o aparato político universalista, mas negligenciou demandas como, por exemplo, as do feminismo negro, lésbico, trans\*<sup>75</sup>, latino por conta da hegemonia de mulheres cisgênero<sup>76</sup>, brancas, heterossexuais, pertencentes a classes altas intelectualizadas europeias.

### **Dissidência e Teoria Queer**

Guacira Lopes Louro e outros/as autores/as<sup>77</sup> compreendem tanto gênero como sexo enquanto construções sociais e é nesta perspectiva que se baseia o presente trabalho. Pretende-se romper com a hipótese de “ser” um gênero, ou seja, se “é” homem ou mulher em função do sexo biológico, porque isso confinaria sexo ao gênero, inserindo o primeiro num

---

<sup>74</sup> Na teoria política feminista: Mary Macintosh; Margaret Mead; Ann Oakley. No campo da educação: Antônio M. Barros, Neuza Maria de Fátima Guareschi; Luiza Savedra. Esses/as autores/as abordavam gênero na linha de construção social e cultural do sexo, presumido como biológico e natural.

<sup>75</sup> A saber, termo reivindicado pelos setores transexuais, transgêneros e travestis: <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>

<sup>76</sup> Para informações sobre o conceito ver *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* de Jaqueline Gomes de Jesus, 2012

<sup>77</sup> A saber: Silvana Vilodre Goellner; Jane Felipe Neckel.

plano natural, a-histórico, fixo, imutável, e servindo como pretexto que atua na patologização das identidades trans\*<sup>78</sup>. Este horizonte teórico desnaturalizador dos essencialismo é a Teoria Queer, a qual se originou, de acordo com Miskolci (2012), a partir das críticas à heterossexualidade compulsória<sup>79</sup>, nas discussões e práticas travadas por movimentos sociais na década de 60 nos Estados Unidos (movimento negro, movimento feminista e o chamado movimento homossexual), contudo se configura consistentemente como teoria e prática política apenas na metade dos anos 80, período posterior ao grande *boom* de epidemia da Aids. Resumidamente, o Queer pode funcionar como substantivo, adjetivo ou verbo, mas em qualquer caso se define contra o ‘normal’ ou normatizador.

A teoria queer não é um quadro de referência singular, conceitual ou sistemático, mas sim uma coleção de compromissos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual. Se a teoria queer é uma escola de pensamento, então ela é uma escola com uma visão bastante heterodoxa de disciplina. O termo descreve um leque diverso de práticas e prioridades críticas: leituras da representação do desejo pelo mesmo sexo em textos literários, filmes, músicas e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero, estudos de identificação transexual e transgênero, de sadomasoquismo e de desejos transgressivos (Spargo, 2006:8)

O queer, ademais, surge em nítida oposição ao assimilacionismo do chamado movimento homossexual, caracterizado por valores burgueses cristãos de aceitação e incorporação social. O queer se focava na crítica às exigências sociais, convenções culturais que corroboravam com a heteronormatividade, isto é, com um modelo de sexualidade pautado na heterossexualidade, mesmo em relações entre pessoas do mesmo sexo, no modelo vigente de família, moral, dentre outros pontos.

A Teoria Queer busca estabelecer a ruptura com nosso modelo mental cartesiano que opera de forma binária, por exemplo: homem - mulher, heterossexual – homossexual. Busca pensar a pluralidade e deixar em aberto as inúmeras possibilidades de experienciar e vivenciar sexo, gênero e desejo.

Esse saber propõe borrar as fronteiras e as determinações, pensar na constituição de subjetividades como um devir, como processo multifacetado e em constante transformação. A teoria e prática queer da voz aos/as silenciados/as, às identidade patologizadas, aos/as sem identidade, aos/as que vivem na fronteira, enfim, seguindo o text da Beatriz Preciado (2011),

---

<sup>78</sup> O texto “Desdiagnosticando o gênero” de Judith Butler discute pormenorizadamente esta questão, evidenciando que em 1980 a APA (Associação Psiquiátrica Americana) inseriu a transexualidade no rol dos transtornos de identidade de gênero dentro do manual de diagnóstico e estatísticas de transtornos mentais.

<sup>79</sup> Adrienne Rich, 1986.

uma política dos “anormais”<sup>80</sup>.

Tanto para Foucault quanto para teoria queer, a qual Judith Butler é considerada referência, a sexualidade é contextual e histórica. Sexo é sempre político porque está permeado por mecanismos de poder, conflitos, interesses, do que é “normal” e “anormal”, patológico, “natural”. Se há uma forma institucional e correta de sexualidade – a heterossexualidade – e outra(s) abjetas<sup>81</sup>, ilegítimas – sexualidades não hegemônicas ou, como explanava Foucault, insubmissas e heréticas – o sexo é sempre político. Em Michel Foucault o desnaturalizar a sexualidade e colocá-la como construção social e discursiva instrumentalizou a teoria queer para exprimir suas teses sobre sexo, gênero, desejo dismantelando essencialismos e binarismos.

Outro conceito caro aos/as teóricos/as queer são os de sujeito, subjetividades<sup>82</sup> e o identidade. O sujeito e a identidade não seriam fixas, constantes, lineares, Jacques Lacan e seus modelos psicanalíticos trouxeram para os/as teóricos/as queer as identidades descentradas, instáveis, sem essência. Constituímo-nos, segundo eles/as, em trânsito, no deslocamento, em processos de *desterritorialização* e *reterritorialização*<sup>83</sup>.

Em *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2003) Judith Butler, respaldada na genealogia *foucaultiana* e no princípio de que a sexualidade é também construída discursivamente, pergunta se o “sexo” tem história ou é algo dado *a priori*, transplantando a problemática da sexualidade em Michel Foucault para a discussão de sexo, gênero e desejo. Butler, para tanto, vai operar com a concepção de *desconstrução*, isto é, problematizar o estabelecimento das dicotomias, destacando que cada um supõe e contém o outro e que se caracterizam socialmente de forma assimétrica e oposicional. Nas estruturas de determinações binárias sempre há assimetria de poder, no qual um é estigmatizado, marginalizado e outro naturalizado, socialmente aceito, exemplo é a oposição criada entre homem/mulher e suas consequentes associações: racional/emocional, forte/fraco, ativo/passivo. Há uma nítida rede hierárquica que as sustenta, a heterossexualidade é construída em oposição à homossexualidade ou ao que é tido como homossexualidade, Eve Kosofsky Sedgwick em seu trabalho *“Entre homens: literatura inglesa e desejo homosocial masculino (1985)”* discorre sobre a maneira pela qual a sociabilidade entre homens heterossexuais é arquitetada em hostilidade à homossexualidade.

É preciso apreender que gênero é constituído e constituinte de redes de poder, portanto

---

<sup>80</sup> A saber: PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v.19, n.1, Apr. 2011,

<sup>81</sup> Mais informações em “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”.

<sup>82</sup> Consultar debate sobre sujeito, subjetividade, subjetivação e sujeição em *Sujeito e o poder*, M. Foucault.

<sup>83</sup> Mais informações sobre os conceitos em “Conversações” de Gilles Deleuze.

é imprescindível considerar outros marcadores sociais de diferença com etnia, classe, raça, geração. Desta forma, Butler vai desconstruir a distinção natural-cultural de sexo e gênero argumentando que falar em existência social de corpos pressupõe a *generificação*, isto é, não há corpo existente a pré-inscrição cultural, pois o corpo não é uma dimensão a ser lapidada por inscrições, mas “*um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas*” (Butler, 2003:59) por ações sociais constituídas e constituintes de gênero. Para enfatizar esta perspectiva, Berenice Bento exemplifica com crianças “*Quando se diz ‘é um menino!’, não se está descrevendo um menino, mas criando um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como ‘menino’*” (2011:551). Essa posição também se direciona a circunscrição binária do sexo, visto que assentar a distinção macho-fêmea num domínio do natural é dar estabilidade a essa estrutura. Para essa fundamentação a autora define

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (Butler, 2003:19)

Tal conceituação alicerça o que Butler chama de *performatividade* de gênero. Para a autora, gênero é o que *performamos* - um devir - em contraposição ao “ser”, fixo, estável e oposicional. Sendo assim, gênero é ação que dá existência ao que nomeia,

“*(...) não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados*”

(Butler, 2003:48), indicando que a *identidade* de gênero advém das expressões de gênero, como estratégias discursivas e sócio-culturais. A filósofa resgata essa concepção reelaborando-a à luz das questões de gênero, de acordo com a passagem de

Genealogia da Moral “*(...) não existe ‘ser’ por trás do fazer, do atuar, do devir, ‘o agente’ é uma ficção acrescentada à ação a ação é tudo*” (Nietzsche apud Butler, 2003:48).

O conceito de *performatividade* pode ser apropriado para pensar o contexto da escola infantil e as inter-relações ali travadas. Isto porque é através do controle da *performatividade* que a instituição escolar pode disciplinar e gerir sexualidades desviantes e dos gêneros que não se enquadram no binarismo, atuando com *heteroterrorismo* (Bento, 2011:554) sobre as crianças. Contudo, se esquivando de discursos vitimizadores, a *performatividade* permite subversão, não se pode garantir que a estabilidade gerada em função da repetição e reiteração das designações de gênero e sexualidade de fato ocorra,

Embora o gênero seja produto das reiteraões da normal sexual, as identificaões não são fixas. Na própria instabilidade da repetião do mesmo é possível vislumbrar a positividade da subjetivaão como resistêcia, singularidade e produão da diferença (Arán, 2012:145)

Berenice Bento em seu artigo sobre pessoas que *performam* gênero fugindo ao que é considerado normal socialmente expõe que “*gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada*” (2011:553). Ampliando este espectro, na educação infantil pode-se indicar que as brincadeiras, os brinquedos, enfim, uma “*pedagogia dos gêneros hegemônicos*” (idem:551) contribuem para esta materializaão. Pessoas trans\* desafiam, contestam e anunciam a inconsistência de um sistema de gênero e sexualidade biologizado e insurgem como dissidentes da heteronorma.

A formulaão de *performatividade* gerou algumas incompreensões, segundo Sara Salih (2012:90), houve a equivocada compreensão como livre escolha de gênero a *performar*, embora a própria caracterizaão do conceito de *performatividade* deixe evidente o quadro regulatório pelo qual gênero está imbricado. Outrossim, foi pensado como *performance*, mas a diferença entre ambos é central, posto que na ideia de *performance* é vislumbrado um sujeito constante e definido, todavia na *performatividade* há uma contestaão desse sujeito, tornando-o instável, contingente e construído discursivamente pelas ações, externo ao horizonte da ontologia.

Para Butler, sexo e gênero são construídos socialmente na matriz heterossexual, na qual impera a relaão circunstancial entre sexo e gênero para corroborar o que drienne Rich (1986) classificou de *heterossexualidade compulsória*, ou seja, a qual reitera a ordem compulsória entre sexo, gênero, prática sexual e desejo obrigatoriamente a partir da matriz heterossexual. Em concordância com Butler, Guacira Lopes Louro pontua: “*A coerência e a continuidade supostas entre sexo gênero-sexualidade servem para sustentar a normatizaão da vida dos indivíduos e das sociedades*” (Louro, 2004:88). Deixar sexo num plano pré-discursivo e entender que sexo exige um determinado gênero e desejo é reafirmar constantemente a matriz heterossexual. Butler explicita que

Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário e oposicional. Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relaão causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo

reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo. (Butler, 2003:45)

Desta forma, a óptica de gênero como substância é carregada de razões políticas e o estabelecimento da heterossexualidade reclama e normatiza o gênero como relação assimétrica binária por meio das práticas heterossexuais.

### **O Biopoder e normalização**

Embora Foucault, diferentemente de Butler, acredite na existência pré-discursiva do corpo, há diversos pontos em convergência. Quando a pós-estruturalista remete-se à palavra discurso, o faz em menção à acepção de discurso em Foucault, ou seja, como dizeres coletivos que administram a forma de conceber e falar sobre contextos históricos particulares. O filósofo traz contribuições no sentido de pensar o corpo como matéria e alvo de poder. Em *Vigiar e Punir* (Foucault, 2008:118), o autor diz que as disciplinas, concebidas como “(...) métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade (...)”, são regras genéricas de dominação.

Como princípio disso, Foucault fala que no século XVII e XVIII surgem discursos e mecanismos institucionais de poder sobre a vida, com disciplinas corporais e regulação populacional que se concentraram separadamente a princípio no *corpo como máquina* e no *corpo espécie* (1988:131), aquele com aumento da relação utilidade-docilidade e este como substrato de processos biológicos. É isto que Foucault classifica de *biopoder*, responsável por gerir, administrar, regular e normatizar a vida. No século XIX um saber e poder colocam o sexo em discurso, esse dispositivo da sexualidade é que interconectará as duas formas de poder (*máquina e espécie*), fazendo proliferar mecanismos de poder dirigidos ao corpo – “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (1988: 135).

O advento da Teoria Pós-estruturalista, na qual Jacques Derrida e Gilles Deleuze podem ser considerados expoentes, representou um novo referencial teórico-epistemológico às discussões de gênero, sexo e sexualidade. A publicação do livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (Foucault, 1976) também foi um marco importante. Munidas criticamente desse arcabouço teórico-metodológico, as feministas

Monique Wittig, Adrienne Rich e Judith Butler, trouxeram novas abordagens críticas aos estudos de gênero, retirando o debate da *metafísica da substância*. Destarte, no que concerne ao quadro brasileiro, gênero enquanto conceito aparece nos anos de 1980 vinculado ao princípio do humanismo cartesiano que unifica mente/corpo. Neste período, feministas interpelam o paradigma da biologização dos sexos, abrindo espaço para um novo campo de estudos: o gênero. Joan Scott (1995) afirma que o uso do conceito teria a função de dar legitimidade acadêmica aos estudos feministas da década de 80, foi necessária uma série de palestras, debates, seminários para que o conceito alcançasse nova acepção.

### **Menina, menino, menin@<sup>84</sup>**

A esfera da educação não foge à essa regra. Guacira Lopes Louro em 1997, após um ano da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que inclui o tema de sexualidade e gênero como preocupação na educação infantil, percorre o caminho de relacionar educação, gênero e sexualidade sob a ótica pós-estruturalista. Observa-se que a categoria é utilizada de diferentes formas de acordo com o referencial teórico-epistemológico, a autora ratifica a validade do conceito dentro do âmbito da educação infantil

(...) pode ser um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais. Pondo em xeque o caráter “natural” do feminino e do masculino, o conceito indica um processo, uma ação, um investimento para “fazer” um sujeito “de gênero” (2002:229)

Entretanto, Louro aponta ainda que a inclusão de gênero e sexualidade como pauta se deu no sentido de não permitir a subversão da *heteronormatividade*, assim as crianças que desviam da norma serão alvos de um *terrorismo contínuo* (Bento, 2011:552) e de *pedagogias corretivas* (Louro, 2004:16). Instaura-se um exercício de poder pedagógico contínuo, reiterado e infundável para assinalar nos corpos o gênero e sexualidades não “heréticas” (Foucault, 1993:48)

Realizar pesquisas que articulam sexo, gênero, sexualidade e desejo na educação infantil é um caminho a ser percorrer, há uma carência grande em pesquisa sobre o tema, sobretudo entre aquelas que tem o escopo de desnaturalizar concepções estabelecidas e generificadas, se propondo crítica ao *cissexismo* e ao heterossexismo. Um viés adultocêntrico considera as crianças como individualidades passíveis às instituições, refletindo na ausência

---

<sup>84</sup> “@” símbolo usado para fazer referência a flexões de gênero, a não identificação com a lógica binária ou ao trânsito identitário, isto é, o símbolo pode ter um caráter inclusivo de meninos e meninas, pode assumir o uso para pessoas que não se identificam como homem nem mulher ou mesmo àquelas/es que estão em trânsitos identitários.

de espaços para as crianças falarem sobre elas mesmas, sobre suas visões, pensamentos. Abrir o campo para as crianças falarem delas e por elas pode funcionar como estratégias de dissolver a lógica adultocêntrica, contudo essa metodologia precisa se acompanhada de outras, posto que a veracidade de informações e relatos das crianças apenas não oferecem um dado consistente para pesquisa empírica (Beraldo; Coelho; Carvalho; Pedrosa, 2004).

Daniela Finco (2004) frisa que a escola tem papel importante na constituição da identidade das crianças, por meio de uma série de mecanismos, regimentos, organização temporal e espacial, currículo, linguagem, materiais didáticos, brincadeiras, em suma, uma variedade de instrumentos que constroem e reiteram a ordem da *pedagogia dos gêneros hegemônicos*. Entretanto, a autora atenta-se às transgressões das crianças ao que é pré-designado como brincadeiras e comportamentos para cada gênero - “*as fronteiras da divisão dos gêneros são frequentemente ultrapassadas ou recusadas*”

(Idem: 11) - defendendo que “*o ambiente da Educação Infantil pode ser um espaço propício para o não-sexismo*” (Idem).

Por fim, a escolha pela educação infantil se mostra um campo fértil para desenvolver uma perspectiva não normatizadora. Um âmbito a contribuir para desnaturalizar ao longo dos anos escolares uma série de preconceitos e práticas de intolerância em um ambiente imprescindível para formação das subjetividades em diversos aspectos, no qual geralmente as crianças convivem pela primeira vez com um grupo social mais amplo e que, simultaneamente, é uma instituição disciplinadora que reitera, limita e condiciona as experiências das crianças.

### Referências bibliográficas

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud.Fem.**, Florianópolis, v.19, n.2, Aug. 2011. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2011000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000200016&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 16 de junho de 2013.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, 2009. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010373312009000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312009000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 23 de Julho de 2013.

CARVALHO, Ana M. A. et al. O uso de entrevistas em estudos com crianças. **Psicol.estud.**, Maringá, v.9, n.2, Aug. 2004. Disponível: <<http://www.scielo.br/scielo.ph>

p?script=sci\_arttext&pid=S141373722004000200015&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 06 de junho de 2013

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

FINCO, Daniela. Educação Infantil, Gênero e Brincadeiras: Das naturalidades às transgressões. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. GT: Educação da Criança de 0 a 6 anos/n.07, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal 1988.

LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, Gênero e Sexualidade*. Porto: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER; Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade. Um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP, 2012.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Org.). *Discursos fora da ordem. Sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012.

PRECIADO, Beatriz. *Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"*.

**Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.19, n.1, Apr. 2011. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2011000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 03 de maio de 2013.

PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.10, n.1, Jan. 2002. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2002000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2002000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 12 de Maio de 2013.

SAAVEDRA, Luísa e BARROS, Antônio M. Elas preferem as bonecas, eles os carros: aquisição dos estereótipos do gênero. **Psicologia: Teoria, investigação e prática**. Centro de estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, 1996, pp. 129-160.

SALIH Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora 2012

SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa. Metodologias de pesquisa empírica com crianças. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 35, abr. 2001.  
Disponível:<[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292001000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 16 de maio de 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n.2, pp.71-99, jul./dez. 1995.

SPARGO, Tamsim. *Foucault e a Teoria Queer*. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2006.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. O conceito "socialização" caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. **Educ. Soc.**, Campinas, v.29, n.102, abr. 2008.  
Disponível:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01017332008000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01017332008000100003&lng=pt&nrm=iso)>.Acessado em 19 de junho de 2013